

CONFLITOS AGRÁRIOS E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Rafael Benevides de Sousa ¹
Carolina Furtado Oliveira ²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender a natureza dos conflitos do campo da Amazônia paraense e de como os projetos de desenvolvimento têm contribuído para os *fronts* de lutas no espaço agrário regional. Como metodologia, realizamos levantamento bibliográfico sobre o tema, investigamos dados secundários sobre conflitos do campo, principalmente dos divulgados anualmente pela Comissão Pastoral da Terra. Também realizamos uma pesquisa exploratória sobre os municípios que apresentaram os maiores índices de conflito por terra no estado do Pará entre 2014 e 2023. A partir da pesquisa, estamos defendendo a perspectiva que os conflitos do campo emergem nos espaços de expansão do capitalismo, havendo uma pressão sobre os territórios das populações camponesas e indígenas. Desse modo, evidenciamos uma questão agrária latente nesse início de século XXI, que continua se dando pela ação predatória de transformação da natureza em recurso econômico.

Palavras-chave: Amazônia Paraense, Conflitos Agrários, Luta pela Terra, Projetos de Desenvolvimento.

RESUMEN

Este artículo busca comprender la naturaleza de los conflictos rurales en la región amazónica de Pará y cómo los proyectos de desarrollo han contribuido a las luchas en el espacio agrario regional. Nuestra metodología consiste en un estudio bibliográfico sobre el tema y datos secundarios sobre conflictos rurales, principalmente los publicados anualmente por la Comissão Pastoral da Terra. También realizamos una investigación exploratoria sobre los municipios con las tasas más altas de conflictos agrarios en el estado de Pará entre 2014 y 2023. Con base en esta investigación, argumentamos que los conflictos rurales surgen en espacios de expansión capitalista, ejerciendo presión sobre los territorios de las poblaciones campesinas e indígenas. De este modo, destacamos una problemática agraria latente a principios del siglo XXI, que continúa desarrollándose a través de la transformación depredadora de la naturaleza en un recurso económico.

Palabras clave: Amazonía Pará, Conflictos Agrarios, Lucha por la Tierra, Proyectos de Desarrollo.

¹Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Professor da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, *campus* Xinguara, rafael.benevides@unifesspa.edu.br

²Graduada em Licenciatura em Geografia, pelo Instituto Federal do Pará. Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS, carolinafurtadoliveira@gmail.com



INTRODUÇÃO

Em 2024, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), através do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc), registrou 1.768 ocorrências de conflitos por terra, o que representa cerca de 80% de todos os conflitos no campo registrados (2.185). Comparado a 2023, quando foram contabilizadas 1.766 ocorrências, houve um pequeno aumento, resultando no maior número registrado na última década. (CPTNacional, 2025).

Os dados da citação acima, demonstram que os conflitos agrários estão longe de terem terminado no campo brasileiro, sendo uma realidade constante para milhares de famílias. Os estados do Maranhão, Pará, Bahia, Rondônia e Amazonas, foram os líderes no ranking dos conflitos em 2024, sendo 4 deles na Amazônia, o que coloca a região como uma das mais conflituosas do país.

Partindo dos números constantes dos conflitos do campo, objetivamos neste artigo compreender os *lôcus* desses *fronts* de lutas e resistências no espaço agrário paraense, identificando os agentes envolvidos e a natureza desses conflitos.

Entendemos os conflitos do campo como o resultado de uma questão agrária caracterizada por uma assimetria de poder entre quem tem o domínio da estrutura econômica e política do espaço e os que são incluídos no espaço de forma subalternizados e explorados pelos grupos dominantes. Com isso, abre-se uma conflitividade como uma expressão concreta do atual modelo de desenvolvimento agrário-agrícola, no qual o número de conflitos e de pessoas neles envolvidos é a indicação da existência de uma questão agrária, ou seja, “enquanto houver segmentos sociais pondo em questão o modelo agrário-agrícola brasileiro haverá uma questão agrária” (Gonçalves, 2006, p. 242).

A questão agrária que se abre na Amazônia, toma contornos cada vez mais complexos, com uma arquitetura conflituosa que envolve trabalho análogo a escravidão, contaminação de rios, desmatamento e a espoliação de populações camponesas e indígenas de suas terras e territórios. Somente o Estado do Pará, em 2024, contabilizou 240 conflitos por terra, envolvendo quilombolas, assentados, posseiros, indígenas, extrativistas, ribeirinhos, sem-terra, entre outros grupos sociais. A outra face desses conflitos, são os agentes motivadores de tensão que pressionam os territórios e essas territorialidades agrárias.

Quadro 01: Quadro de conflitos por terra, água e trabalho no Estado do Pará.

Conflito	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Terra	183	185	162	248	150	121	111	116	99	59
Água	22	51	47	31	34	37	12	14	15	12
Trabalho	21	12	27	9	12	19	13	13	10	23

Fonte: CPTNacional.



Os dados do quadro 01, organizados a partir dos números disponibilizados nos cadernos da Comissão Pastoral da Terra entre 2014 e 2023, demonstram o aumento dos conflitos por terra no Estado do Pará, sendo 2020, ano de início da pandemia da COVID-19, com o maior número de conflito entre os anos comparados. Isso demonstra, que além dos problemas impostos pelo isolamento social da pandemia, as populações do campo tiveram outras questões a serem enfrentadas como a perda de direitos territoriais.

A partir do quadro, também é possível observar os conflitos envolvendo água e trabalho, ampliando ainda mais os casos de conflitividade no campo. Os contaminantes de origem de garimpos ilegais e das represas de dejetos das empresas mineradoras, destacam-se como um dos principais problemas relacionados a água, para além também do uso abusivo de agrotóxicos em extensas áreas de monoculturas e o represamento de rios e igarapés.

Ainda no quadro 01, observamos os números referentes a trabalho análogo a escravidão, que emerge no século XXI como um mecanismo de espoliação do trabalhador, perdendo a dignidade e a autonomia do próprio trabalho. As denúncias dos casos apresentados pelo caderno da CPT em 2024, sobre o trabalho escravo no Pará, mostram que essas situações de serviços se deram em garimpo ilegal, carvoarias, fazendas de gado bovino, entre outros serviços.

A partir dessa conflitividade no espaço agrário paraense, nos desperta o questionamento sobre o que vem causando essas tensões sociais nesse início de século XXI na Amazônia e de forma particular no estado do Pará? E quais as implicações que os grandes projetos de desenvolvimento têm causado como consequência para os movimentos de tensão e resistência das populações camponesas e indígenas na região?

Como metodologia de pesquisa, utilizamos a revisão bibliográfica sobre os conflitos agrários e grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, leitura dos números de conflitos apresentados nos cadernos da CPT e a análise de dados empíricos de pesquisas exploratórias no campo paraense.

O texto está dividido em duas sessões, na primeira apresentamos um breve debate sobre os projetos de desenvolvimento e os conflitos agrários na Amazônia, bem como a origem das tensões e *fronts* de lutas no campo. Na segunda sessão, discutiremos sobre a espacialização dos conflitos no campo paraense e a questão agrária que se abre nesse início de século XXI.

A TRANSFORMAÇÃO DA NATUREZA EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO



Ao se lançarem pelo oceano atlântico, as coroas dinásticas de Portugal e Espanha, tinham como principal objetivo encontrar e explorar ouro e prata. Nessa busca, deu-se início ao processo de colonização das terras que atualmente compõe os países da América Latina, e ocasionalmente, no processo predatório de transformação da natureza em recurso econômico, que nesse início de século XXI, toma novos contornos com o processo de reprimarização da economia dos países do Sul da América (Gudynas, 2010).

Ao estudarmos a formação socioeconômica do Brasil, observaremos que a forma de ocupação foi realizada a partir de sistemas econômicos baseados na exploração da natureza e do trabalho precarizado. Entre as atividades, podemos citar a cana de açúcar no Nordeste, a mineração em Minas Gerais, o café no Sudeste, e a pecuária espacializada pelo interior do Brasil. Na Amazônia, de forma igual, se repetiu o modelo econômico do país, tendo as drogas do sertão, a borracha e a castanha as primeiras atividades de exploração da natureza, contudo, com a floresta em vida. A partir da metade do XX, se intensifica a expansão madeireira, da pecuária, das monoculturas e a mineração. Para essas atividades, constrói-se uma infraestrutura de integração da região ao restante do país, com abertura das rodovias e a construção de aeroportos, portos, ferrovias, pontes e hidrelétricas. A partir desse momento, a floresta perde a importância, tendo início o processo de destruição do bioma amazônico.

A mudança do eixo rio-várzea-floresta para estrada-terra firme-subsolo (Gonçalves, 2010), não foi apenas uma alteração de mobilidade humana, mas principalmente, da inserção definitiva da Amazônia no mercado capitalista mundial, realizando a mercantilização da natureza em moldes das *commodities* global.

No decorrer dos anos de 1960, abriram-se, pois, a partir da nova capital do Brasil, dois imensos braços como a abraçar a Amazônia: as rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco. Na aparência de um aceno amigo, um abraço traiçoeiro. Atrás da promessa de dias melhores e de juramentos de prosperidade futura (Integrar para não entregar), a ameaça da destruição ambiental, da desintegração social e cultural. Outras estradas se seguiram às primeiras: a Transamazônica (Terra sem homens para homens sem terra), a Perimetral Norte, falida. Latifúndios se espalharam em toda a Amazônia: Jari, Volkswagen, Bradesco. Minas e garimpos reviram o solo; rios represados para formar lagos imensos e gerar energia elétrica; fábricas poluidoras surgiram na selva. O grande capital penetrou nas áreas indígenas, cortou as reservas, lavrou o subsolo, alagou aldeias; a cultura tradicional dos índios foi ferida, a sua liberdade ancestral ameaçada. O latifúndio engole as roças, mas o camponês resiste à expulsão, recusa a proletarianização, a luta contra o cativo e defende sua autonomia. (Hébette, 2004, p. 23).

As transformações que a Amazônia experimenta, a partir desse contexto exposto por Hébette (2004), reluz os estigmas que esta região assume a partir de lógicas diferentes na concepção e no uso da terra, subsolo, floresta e água, que se distinguem entre a reprodução social e a sobrevivência familiar camponesa e indígena e a reprodução e acumulação de capital.



Desse processo de transformação da natureza em recurso econômico para a reprodução e acumulação de capital pelas vias do desenvolvimento dos grandes projetos, observa-se um movimento de enfrentamento de indígenas e camponeses que, mesmo de maneira distinta, “travam uma luta em comum, exercem uma resistência solidária ao estranho, com graus diversos de mobilização e organização.” Assim, a resistência indígena e camponesa “passa por processos diversificados, se desenvolve em ritmos diacrônicos, assume expressões diversas e se traduz em representação própria a cada grupo” (Hébette, 2004, p. 24).

A questão agrária que se abre na Amazônia, nessas primeiras décadas do século XXI, toma contornos mais complexos, movidos por “novos” elementos que constituem um protagonismo nos *fronts* das lutas agrárias. As questões étnica e ambiental ganham visibilidade diante da transformação da natureza em recurso econômico pautado por uma concepção de desenvolvimento com base no “consenso pelas *commodities*” (Svampa, 2012) que exclui grande parcela da população agrária e extrativista.

A retomada do crescimento econômico de alguns países latino americano nesse início de século XXI, está alicerçada preferencialmente no setor extrativista, ou como alguns teóricos têm denominado, neoextrativismo. Para Gudynas (2010), “o neoextrativismo é parte de uma versão contemporânea do desenvolvimento próprio da América do Sul, onde se mantém o mito do progresso e do desenvolvimento sob uma nova hibridação cultural e política”.

Esse retorno intensivo ao setor primário da economia tornou-se a base de sustentação econômica dos governos progressistas que tomaram a frente de alguns países da América do Sul, tendo na exploração da natureza um mecanismo de geração de riqueza e com isso um crescimento econômico, sustentado em bases ideológicas do interesse nacional.

Em contrapartida, tem-se nesse contexto a elevação do preço das *commodities* do setor primário a nível global, tendo como principal destino os países asiáticos, em particular a China, que se tornou nessas primeiras décadas o principal país comercial da América latina. Em consequência da elevação dos preços das *commodities*, tem-se ao mesmo tempo, o aumento da exploração da natureza.

Por outro lado, no contexto do neoextrativismo, os países latino americano, em especial o Brasil, tem-se uma parcial ruptura com o modelo neoliberal que predominou nos anos de 1990, tendo o estado assumido um papel compensador, ou mesmo desempenhando uma maior expansão de políticas públicas, como a implantação de programas de combate a pobreza e de inclusão social.

Com o aumento das demandas do setor primário da economia, intensificam-se processos intensos de exploração da natureza, sendo criado programas específicos para o



planejamento de um conjunto de grandes projetos de desenvolvimento para viabilizar um maior desempenho da economia.

Os GPDs podem ser entendidos como atividades e empreendimentos de proporção (econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional. Entre esse conjunto de atividades e empreendimentos podemos destacar: mineração, exploração de petróleo e gás, monoculturas, obras de infraestrutura e geração de energia (hidrelétricas, termoeletricas, portos, barragens, etc), indústrias pesadas (siderúrgicas, refinarias, complexos industriais, etc)” (Alentejano; Tavares, 2019).

Esse entendimento de Alentejano e Tavares (2019) sobre os grandes projetos de desenvolvimento, nos permite identificar os empreendimentos no Estado do Pará que atende a essa perspectiva. A submissão dos países latino-americanos em se desenvolver a partir dos grandes projetos de desenvolvimento tem ampliado processos de subordinação e espoliação das populações camponesas e indígenas diante de uma suposta modernização do país. Na Amazônia, dilata-se espaço para a exploração mineral, monoculturas exógenas, ferrovias, portos, rodovias que fazem a floresta sangrar e hidrelétricas que interrompem o fluxo natural da vida hidrográfica e aquática.

A opção do Estado brasileiro pelas *commodities*, tem gerado consequências como o aumento da pressão sobre os territórios das populações camponesas, quilombolas, indígenas, entre outras territorialidades que fazem o usufruto da natureza dentro dos seus territórios de moradia e de trabalho, que compreendem a terra como parte integrante da vida e não como um recurso econômico.

Entende-se que as populações camponesas e indígenas habitam terras-territórios que o capital batiza como fonte de riqueza a ser explorado para a reprodução ampliada de capital. Para o Estado, essa natureza é vista como um ativo ambiental que pode ser usado para o desenvolvimento e modernização do país. Nesse sentido, elegeu-se o agronegócio como o sistema produtivo capaz de alcançar o superávit econômico.

O agronegócio modernizou o agroextrativismo mantendo a lógica colonial da dominação e subordinação. O agroextrativismo é parte do agronegócio, com destaque para dois sistemas que estão na sua base: a agricultura e a pecuária. É a partir desses sistemas que o agronegócio se apropria e extrai os recursos naturais. Este setor primário da economia tem recebido cada vez mais investimentos para a produção de alimentos, fibras e, nas últimas décadas, para a produção de energia, através dos agrocombustíveis, o que intensificou a territorialização do capital internacional por diversos países à procura de terras (Fernandes, 2017, p. 95-96).

Dentro desse processo enunciado por Fernandes (2017), o sistema agroextrativista moderniza-se, contudo, ainda pautado no mesmo critério colonial.

A ideia de extração refere-se aos processos produtivos renováveis e não renováveis, de modo que a agricultura – por seu potencial renovável e de expansão – tornou-se atraente para diferentes tipos de investidores. O agroextrativismo também significa a



separação dos sistemas do agronegócio em escala internacional, o que significa dizer que extrai os recursos em um país, exporta e industrializa em outro, mantendo, assim, o processo de colonização e, portanto, de dominação territorial, portanto, dominação política e econômica (Fernandes, 2017, p. 96).

Essa preferência pelo sistema agroextrativista é observada por Gudynas (2009) numa análise sobre os países Sul-americanos.

También se debe señalar que, especialmente en Argentina, Brasil y Uruguay, se ha alentado un cambio sustancial en la agricultura orientándola a monocultivos de exportación. Estas nuevas prácticas representan un extractivismo agrícola. Se la observa especialmente en el cultivo de soja, basado en variedades transgénicas, alto uso de maquinarias, herbicidas químicos, escaso o nulo procesamiento, y exportación como commodity. Son prácticas que se han expandido y reforzado con el beneplácito, e incluso apoyo, de las administraciones Kirchner, Lula da Silva y Vázquez. Otro tanto sucede con los monocultivos forestales, que cubren amplias superficies, y están volcados a elaborar pasta de celulosa. Por lo tanto, el extractivismo goza de buena salud bajo el progresismo, y en algunos casos se ha acentuado (Gudynas, 2009, p. 191-192).

No início do século XXI, alguns países do sul da América Latina se alinharam política e economicamente nas formas de exploração dos recursos da natureza que, ao mesmo tempo, passam a pressionar as populações que sobrevivem dessa mesma natureza. Desse modo, compreendemos que o capital tem se apropriado de espaços diversos, em diferentes escalas e usos da terra.

Nessa lógica desenvolvimentista dos Estados, são reforçados alguns estigmas do subdesenvolvimento que vão legitimar a ação do capital como um mecanismo para alcançar a modernidade, para o qual as populações camponesas e indígenas são consideradas um empecilho para o progresso regional e, portanto, da nação.

Esse antagonismo entre as populações agrário-extrativista e os agentes capitalistas nem sempre aparece em oposição, mas também dialogam e coexistem em relações comerciais e de trabalho que possibilitam processos de recriação do campesinato, mesmo quando a função do capital é expropriá-los de suas terras e dos meios de produção.

Partindo da perspectiva da existência de várias Amazônia (Gonçalves, 2010), entende-se uma diversidade territorial compreendida por uma dinâmica regional influenciada por usos diferenciados do território, mediante a abrangência e a consolidação do capital. Assim, teremos na Amazônia territórios de influência da mineração, dos complexos hidrelétricos, da exploração extrativista (seringa, castanha, açaí e pescado), da agropecuária (soja, eucalipto, dendê e gado) e, atualmente, dos latifúndios genéticos na lógica capitalista do carbono (Gonçalves, 2012).

Os Grandes Projetos foram idealizados, desenvolvidos e realizados dentro de certa filosofia, de certa lógica, que são a filosofia e a lógica capitalista. Mas eles incidem sobre uma região que não se encontra internamente num estágio de desenvolvimento



capitalista. Daí resulta necessariamente um primeiro impacto, fácil de prever, inclusive, antes de qualquer pesquisa, é um impacto global, geral que se deve normalmente esperar de grandes projetos tipicamente capitalistas que se implantam numa região, como a Amazônia, em fase de organização social da produção muito distante da capitalista” (Hébette, 2004, p. 149)

A partir dessa citação de Hébette (2004), entendemos o que tem produzido a questão agrária na Amazônia, sendo gestado com a implantação dos grandes projetos de desenvolvimento, e ocasionalmente, pela expansão predatória das formas capitalistas de produção. Os casos e os números de conflitos do campo que serão analisados na próxima sessão é o resultado desses mecanismos de transformação da natureza em recurso econômico, colocando na ordem do dia, os *fronts* de lutas sociais pela garantia da reprodução social no campo e na floresta.

A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS DO CAMPO NO ESTADO DO PARÁ

Neste início de século XXI, tem-se continuidade do planejamento da Amazônia com base nas estratégias do mercado global capitalista-neoliberal, que permanece a investir na capitalização da natureza por meio do que se denomina de desenvolvimento sustentável. Essa modernização sustentável conservadora tem ultrapassado os limites exploratórios dos ecossistemas, pressionando os territórios das populações agrárias-extrativistas e tentando suprimir os direitos territoriais conquistados. Engendra-se, assim, uma composição territorial em disputa entre as *commodities* agroextrativistas internacionais e as populações de territorialidades específicas integradas a graus diferenciados de campesinidade e indígena.

Nesse campo em disputa, os empreendimentos capitalistas têm arquitetado estratégias de apropriação da natureza, criando mecanismos de aprisionamento e concentração da terra. Esse processo, que Almeida e Marin (2010) designam de agroestratégias, tem tentado criar o artifício da desterritorialização das populações tradicionais, para que, assim, a agroindústria empresarial de diferentes matrizes consiga territorializar-se em solo amazônico.

Consideramos como desterritorialização o conjunto designado como “agroestratégias”, que têm sido adotadas pelos interesses empresariais vinculados aos agronegócios para incorporar novas terras aos seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região amazônica, liberando-as tanto de condicionantes jurídico-formais e político-administrativos, quanto de fatores étnicos e culturais ou determinados pelas modalidades de uso das terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, comunidades de fundo de pasto, faxinais, ribeirinhos, geraizeiros e outras categorias sociais. (Almeida; Marin, 2010, p. 141)



A pressão dos grandes empreendimentos capitalistas sobre os territórios tradicionalmente ocupados é orquestrada pelo poder de decisão do Estado, que vem conferindo ao grande capital incentivos e manobras políticas para a expansão agroextrativista e pecuária no campo amazônico, o que, por sua vez, gera a compressão dos direitos territoriais das populações agrária-extrativistas e indígenas.

A Amazônia tornou-se uma fronteira de commodities. Dos seis grandes grupos de bens exportados pelo país – soja, carne, minérios, suco de laranja, petróleo e celulose – três deles vêm da Amazônia (carne, soja e minério). Eles são responsáveis, em grande parte, pela concentração fundiária, grilagem, pistolagem e conflitos em torno da terra, além de desmatamento acumulado. A Amazônia é hoje uma fronteira das commodities. (Castro, 2010, p. 114)

Dito isso, é possível compreender que dentro do processo de reprimarização das economias latino-americanas (Gudynas, 2009; Svampa, 2012; Zibechi, 2014), a Amazônia tornou-se o espaço ideal para o investimento em *commodities*. Castro (2010) ressalta que “o Estado tem optado pela solução mais tradicional de desenvolvimento, ineficaz social e ambientalmente, que é a construção de grandes obras de infraestrutura para garantir a produção de bens primários de exportação.” (Castro, 2010, p. 115).

Além da exploração da natureza, o Estado tem engendrado uma rede de infraestrutura em nível nacional e internacional, que tem reordenado os territórios tradicionais amazônicos por meio de uma rede de mobilidade, tanto para quem migra para as bordas desses empreendimentos em busca de emprego como para quem é forçado a migrar pela perda de seus direitos territoriais.

Compreendemos, assim, o resultado de uma aliança entre o capital e o Estado capitalista que tem exercido uma pressão sobre as populações agrária-extrativistas e indígenas. Esse movimento, enquanto vem ocasionando a expropriação-desterritorialização dessas populações, engendra territórios em resistências que buscam o reconhecimento dos seus direitos territoriais por meio do acionamento de territorialidades específicas.

Desse campo de tensão, emergem os conflitos agrários como um resultado desses *fronts* de luta das populações camponesas e indígenas em defesa da terra-território e dos direitos de uso de bens comuns como a água e a floresta.



Quadro 02: categorias envolvidas em Conflitos no campo no Estado do Pará.

Categorias	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Assentado	24	35	21	25	21	18	09	17	10	03
Extrativista	5	5	3	10	2	5	1	1	2	-
Indígena	48	50	61	122	28	19	06	20	09	09
Posseiro	26	20	04	01	-	02	03	04	-	01
Quilombola	52	18	14	39	09	10	04	09	02	04
Ribeirinho	04	08	04	06	10	-	02	09	08	12
Sem-terra	21	33	51	40	73	57	71	46	46	22

Fonte: CPTNacional.

O quadro 02, demonstra as categorias que aparecem em mais evidência nos conflitos no campo paraense. A população assentada, indígena, quilombola e sem-terra, são as que estão mais no epicentro dos conflitos no Pará. Em 2020, a população indígena teve 122 casos de conflito, até o referido ano, os sem-terras eram a população mais envolvida em conflitos, tendo maior número em 2019 entre o período mencionado, com 73 casos.

O número expressivo de conflitos envolvendo os povos indígenas se dá na conjuntura política da aprovação dos Projetos de Lei 191/2020 e 2.633/2020. A primeira permite a realização de pesquisa e abertura de lavra para a extração mineral em terras indígenas, já a segunda abranda a legislação para a regularização de terras privadas sobrepostas à terra pública. Com isso, tem-se o aumento da pressão sobre os territórios indígenas, aumentando, consequentemente, uma tensão social de defesa do território.

Nesse cenário, intensifica-se a pressão para regulamentar a mineração, a produção de petróleo e gás, e a geração de energia elétrica em terras indígenas (Projeto de Lei nº 191/2020, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em 5 de fevereiro de 2020). O Projeto de Lei nº 2.633/2020, conhecido como o “PL da Grilagem”, se soma às investidas de “regularização” de grandes propriedades privadas em terras públicas invadidas, sem vistoria prévia e sem punição contra os crimes ambientais já praticados nas áreas sujeitas à titulação. Trata-se de uma espécie de “anistia” dos crimes ambientais e de certo estímulo à ocupação e ao desmatamento de novas áreas, abrindo brecha para que o titulado mantenha o imóvel, mesmo se praticar desmatamento ilegal, em até 10 anos após receber o título (PL DA GRILAGEM..., 2020). (Bronz et. al, 2020)

Observa-se uma agenda política de suspensão dos direitos territoriais das populações indígenas e camponesas em detrimento a desregulamentação ambiental e a abertura de novas frentes de desmatamento e transformação da natureza e recursos econômicos.

Com a posse do governo de extrema direita no poder executivo brasileiro em 2019, passou-se a ser constante uma política contra os direitos territoriais das populações camponesas e indígenas. Além disso, se observou um maior abrandamento de artigos da constituição federal, o sucateamento de órgãos como a Funai e o Ibama e a fragilização das legislações e dos licenciamentos ambientais. Com isso, se gerou um aumento exponencial dos conflitos do campo e dos índices de desmatamento.



Quando 03: Municípios do Estado do Pará com maior número de conflitos por terra entre 2014 e 2023.

	Município	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
01	Acará	24	7	4	1	1	2	2	1	1	1
02	Altamira	14	31	22	52	16	7	2	4	2	1
03	Anapu	13	7	15	28	23	9	4	6	14	
04	Itaituba	7	3	7	25	11	6	1	2	2	3
05	Jacareacanga	2	4	16	12	3	2	1	1	1	1
06	Marabá	2	6	5	16	15	12	22	12	4	4
07	Santarém	20	28	20	22	12	8	1	3	1	3
08	São Félix do Xingu	19	34	16	29	9	5	3	6	3	5
09	Senador José Porfírio	13	7	10	17	8	3	1	2		
10	Tomé-Açu	10	8	2	2	2	3	2	4	1	1

Fonte: CPTNacional.

No quadro 03, levando em consideração os dados dos cadernos de conflitos do campo da CPT, entre 2014 e 2023, apresentamos os 10 municípios paraenses que apresentaram maior número de conflitos por terra no Estado do Pará. Observa-se que os anos de 2019 e 2020, tem um aumento significativo de conflitos por terra, mantendo-se constante nos municípios de Altamira, São Félix do Xingu e Santarém.

Os conflitos nesses municípios não são homogêneos, envolvendo quilombolas, indígenas, extrativistas, posseiros, entre outros. Contudo, as lutas envolvendo essas populações são geradas a partir do processo de expansão das formas predatórias capitalistas no campo.

Entre 2015 e 2018, houve aumento do desmatamento anual em São Félix do Xingu-PA, mas permaneceu-se abaixo de 60.000 km² por ano. Já durante o governo Bolsonaro (2019-2022), a devastação da natureza local subiu de patamar, chegando a mais de 120.000 km² desmatamentos em 2021. (Andrade Junior, 2024, p. 426)

Segundo o citado, o índice de desmatamento em São Félix do Xingu, que já era alto entre 2015-2018, dobrou em 2021, chegando a 120.000 km² de área desmatada sobre áreas protegidas, terras indígenas e unidades de conservação. É nesse cenário de destruição que eclodem os conflitos no campo, obrigando as populações indígenas e camponesas a entrarem nos *fronts* de luta em defesa de seus territórios.

Os conflitos agrários, de certa forma, estão indissociados do ambiental, sendo ambos resultados dos processos de desenvolvimento lançados sobre o campo, tornando-se uma ameaça cada vez mais constante à sociobiodiversidade das comunidades camponesas e dos povos indígenas na Amazônia. Além disso, essa lógica desenvolvimentista, lança sobre o agrário regional a perspectiva da agricultura como negócio, estabelecendo monoculturas estranhas à realidade amazônica.



A Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM 2023, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, demonstrou que o estado do Pará é a segunda unidade federativa com maior rebanho bovino do país, com 25 milhões de cabeças. Nessa pesquisa, São Félix do Xingu aparece em primeiro lugar entre os municípios brasileiros, com 2,5 milhões de cabeças de gado e Marabá, em quinto lugar, com 1,3 milhão de cabeças.

Em contrapartida ao avanço da pecuária, o caderno dos conflitos do campo da CPT de 2023, mostrou que dos 21 casos de denúncia de trabalho escravo rural no Pará, 6 foram em São Félix do Xingu, todas em fazenda de criação de gado. Nesse ano, foram resgatados somente em São Félix do Xingu, 13 pessoas de um total de 21 pessoas denunciadas. O Pará teve um total de 247 denúncias, com resgate de 74 pessoas.

Esses dados corroboram que é no epicentro de grandes empreendimentos capitalistas que têm se localizado os focos dos conflitos no campo. No quadro 03, observamos que os municípios de Altamira, Anapu e Senador José Porfírio, tiveram aumento relativo do número de conflitos por terra em 2020. Parte desses conflitos agrários que se dão nessa área de abrangência do Xingu e da Transamazônica, ocorrem principalmente em terras públicas, ou como alguns denominam de terras devolutas, que ainda não passaram por nenhum processo de regularização fundiária. Com isso, acontecem ocupações espontâneas tanto de posseiros e extrativistas, como também garimpeiros, madeireiros e fazendeiros.

Contudo, salientamos que a ocupação de posseiros e extrativistas possuem raízes históricas nessa região da transamazônica, ficando comunidades rurais que praticam formas sustentáveis de apropriação da natureza. O conflito eclode com a expansão das formas predatórias capitalistas sobre esses territórios. Madeireiros, garimpeiros e pecuaristas destacam-se nessas frentes violentas de pressão sobre essas áreas tradicionalmente ocupadas. Nesse processo, fazendeiros de gado ainda praticam ações como a grilagem da terra, acionando mecanismo jurídico fraudulento para garantir a posse da terra.

Os conflitos em Santarém não fogem desses mecanismos de transformação da natureza em recurso econômico. Nesse início de século XXI, observa-se uma gradual expansão da soja sobre a BR-163, sentido Cuiabá-Santarém. A rodovia tornou-se um corredor logístico do setor agropecuário do cerrado brasileiro, conectando o agronegócio do Estado do Mato Grosso até o porto da Cargil, em Santarém.

Com a reestruturação da rodovia para o escoamento produtivo do Centro-Oeste para o mercado global, se tem o aumento exponencial do desmatamento e a ocupação irregular da terra, ocasionando numa maior pressão sobre as comunidades remanescentes de quilombola, povos indígenas e comunidades tradicionais.



Ainda no quadro 03, destacamos o município de Acará, com 24 casos de conflito por terra no Pará, o município com maior número de casos em 2023. Municípios vizinhos, como Tomé-Açu com 10 casos e Bujaru, que não entrou na tabela, com 9 casos de conflitos agrários. Por esses municípios, tem-se nesse início de século XXI, a expansão da monocultura do dendê como uma matriz energética renovável para a produção de agrocombustíveis.

O agronegócio do dendê expande-se no nordeste paraense, ocasionando o aprisionamento da terra nas mãos do capital nacional e estrangeiro que entram no mercado mundial de óleo de palma. Com isso, tem-se a compressão dos territórios camponeses, indígenas e quilombolas que, cercados pelos canteiros da oleaginosa, tentam converter a pressão territorial em estratégias para manter-se donos dos meios de produção e assegurar a reprodução social da família.

A conformação territorial dos latifúndios do dendê tem sido o reflexo do processo de acumulação por espoliação reproduzida a partir do capitalismo financeiro. As políticas direcionadas para a oleaginosa fomentaram uma capitalização/privatização da terra, gerando expropriação e subordinação camponesa e aumento da concentração da terra em latifúndios verdes.

A sustentabilidade no cultivo da palma ocorre apenas no plano político da produção do biodiesel. Na realidade, a suposta recuperação de áreas degradadas, uma das premissas do empreendimento, dá-se, automaticamente, em um processo degradante, colocando em prática a insustentabilidade do projeto geopolítico do biodiesel “limpo”.

Para McMichael (2016), o aumento da produtividade de alimentos, de combustíveis verdes e até da compensação de carbono influenciam em direção a um processo de apropriação de terras pelo capital, implicando na remoção em larga escala das populações rurais de terras ancestrais. Sobre o óleo de palma, o autor se apoia no seguinte relato da ONU:

A experiência com plantações de palma para a extração de óleo na [...] Indonésia demonstra de modo conclusivo que a propriedade e outros direitos de povos nativos são desprezados, seu direito a ser consultado não é respeitado, alguns são desalojados e deixados sem outra alternativa que não a de se tornar de facto trabalhadores forçados colhendo os frutos da palma para as empresas que administram as plantações (*apud* Smolker et al., 2008, p.30 *apud* McMichael, 2016, p. 166).

O processo de territorialização da palma no espaço agrário mundial vem acontecendo por uma expectativa de mercado, isso tende a gerar um conflito de interesse entre uma experiência de vida e de trabalho local em relação a homogeneização imposta pelos processos de produção global.

Em outras palavras, commodities a granel, como trigo, milho, arroz, soja, açúcar e óleo de palma, são a extensão lógica de um futuro agroindustrial, ou regime de biomassa, movido por uma demanda altamente subsidiada. Essa cláusula de



salvaguarda temporária para o capital (que protela o esgotamento do ecossistema) requer a espoliação e/ou incorporação de pequenos produtores a cadeia de valor, em que todos os cultivos sejam fungíveis e, em última instância, subordinados a um cálculo financeiro, em vez de social. Essa visão pressagia um regime intercambiável de alimento/ ração animal/ combustível baseado em ondas de apropriação de terras e no surgimento de novas rotas sul-norte, leste-norte, leste-sul e sul-sul de alimentos, combustível e biomassa (McMichael, 2016, p. 167).

A produção em *commodities* tende a gerar um reordenamento do território para a implantação e expansão da agroindústria. No caso do dendê, empresas nacionais (estatais e privadas) e estrangeiras têm recebido fortes incentivos por meio dos programas já mencionados anteriormente. Nesse ínterim, a territorialização da oleaginosa no nordeste do Pará está pautada na articulação entre o Estado e o capital, ao passo que o Estado é o principal incentivador do empreendimento com financiamento do setor público. Em contrapartida, as empresas transnacionais expandem sua área de produção, perpetuando os latifúndios e a ampliação de capital a partir da renda da terra.

Em meio a esse processo, as comunidades camponesas, quilombolas e indígenas têm visto seus territórios serem cercados pela palma e, de certa forma, aprisionados por uma agricultura estranha ao seu modo de vida e produção.

Apesar do *boom* do dendê ter se dado a partir das políticas de matriz energética, para a produção de combustível menos poluente e de fonte renovável, a oleaginosa tem se destacado como um componente em potencial para a produção de alimento, tornando-se matéria-prima importante nas *commodities* alimentícias.

A partir das questões expostas, observamos que os projetos de desenvolvimento e os Projetos de Leis que têm tramitado pelo Congresso Brasileiro, aplicam sobre os territórios camponeses, quilombolas e indígenas, um lastro de questões sociais e ambientais que criam os levantes de resistências. Esses movimentos agem no sentido contrário aos mecanismos de espoliação e contra as formas predatórias de transformação da natureza em reprodução ampliada de capital.

A luta pela terra faz parte de uma dimensão das lutas contra o capital, que deseja da terra a sua reprodução ampliada e a manutenção de sua estrutura de poder. Na medida em que o capital se reproduz, agrava o quadro de desigualdade que sustenta, mediante a exclusão. E como o número de excluídos é cada vez maior, a luta contra o capital tende a um crescente (Ramos Filho, 2009, p. 255)

Os números de conflitos por terra do quadro 03, são essencialmente lutas pelo território, e ao mesmo tempo, um mecanismo de manter parte da natureza preservada para o equilíbrio do planeta. A dimensão exploratória do capital não tem limites para a sua acumulação ampliada, havendo cada vez mais desmonte de leis para legitimar a posse ilegal da terra e territórios ancestralmente ocupados.



Os focos de tensão são múltiplos e territorialmente diversos. Acoplados em três pontos centrais, terra, água e trabalho, observa-se a partir dos cadernos da CPT, uma fragmentação dos conflitos que de forma geral tem se dado com embates muito semelhantes. De um lado a expansão das formas capitalistas de produção, em formato de grandes projetos de desenvolvimento, e de outro as populações camponesas e indígenas em defesa de suas terras e territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos observado que a questão agrária nesse início de século XXI tem sido orquestrada com base nos conflitos no campo, tendo a terra, a água e a exploração do trabalho como base dos *fronts* de luta. A defesa de viver no chão ancestral tem sido uma luta constante para indígenas, quilombolas, camponeses que enfrentam tanto as formas predatórias de expansão do capital, como também as canetadas silenciosas do governo brasileiro que para aumentar a produtividade do setor primário, tem suspenso direitos territoriais conquistados.

A reprimarização da economia brasileira neste primeiro quarto de século XXI, tem se traduzido no aumento exponencial do PIB à custa da morte da natureza e da população do campo e da floresta. Os índices de violência crescem cada vez que se tem o aumento do desmatamento. Desse modo, entende-se que o desmatamento e conflitos no campo é o binômio constante da questão agrária atual.

A disputa territorial, que se abre a partir desse processo, está marcada pelas concepções e racionalidades diferentes de interpretar o mundo. Para as populações camponesas, o domínio territorial da terra, bem como a manutenção dos meios de produção, são os elementos que competem à reprodução social da família no campo, tendo na agricultura de roça e na combinação de rendas complementares as táticas de sobrevivência. Já para o agronegócio, o domínio territorial da terra tem como expectativa a superação das metas de produção e a ampliação de capital; e para isso, precisa-se sempre de mais terra-natureza.

Partindo desses princípios dicotômicos, observamos as interferências que a escala global realiza sobre as escalas locais, resultando em uma disputa territorial entre os agentes do capital e as populações camponesas, indígenas e quilombolas que agregam um valor de vida à natureza.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, E. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, p. 190-233, 2019
- ANDRADE JUNIOR, J. R. P. Combate ao desmatamento na Amazônia: o caso de São Félix do Xingu-PA (1989-2023). **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 14, n. 2, 2024
- ALMEIDA, A. W. B. & MARIN, R. A. Campanhas de desesterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In.: BOLLE, W. et Al. (ORGs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.
- BRONZ, D.; ZHOURI, A.; CASTRO, E. M. R. **Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil**. ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA, v. 20, p. 8-41, 2020.
- CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In.: BOLLE, W. et Al. (ORGs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.
- Conflitos no campo Brasil 2014 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : **CPT Nacional**, 2015.
- Conflitos no campo Brasil 2015 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : **CPT Nacional**, 2016.
- Conflitos no campo Brasil 2016 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : **CPT Nacional**, 2017.
- Conflitos no campo Brasil 2017 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : **CPT Nacional**, 2018.
- Conflitos no campo Brasil 2018 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : **CPT Nacional**, 2019.
- Conflitos no campo Brasil 2019 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : **CPT Nacional**, 2020.
- Conflitos no campo Brasil 2020 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : **CPT Nacional**, 2021.
- Conflitos no campo Brasil 2021 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : **CPT Nacional**, 2022.
- Conflitos no campo Brasil 2022 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : **CPT Nacional**, 2023.
- Conflitos no campo Brasil 2023 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia : **CPT Nacional**, 2024.



Conflitos no Campo Brasil 2024 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. — Goiânia, GO : **Comissão Pastoral da Terra**, 2025.

FERNANDES, B. M. Quando a agricultura familiar é camponesa. In.: STEDILE, J. P. (ORG.) **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e campesinato**. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2017.

GONÇALVES, C. W. P. Contribuição ao estudo da geografia da violência no campo brasileiro. In. SILVA, J. B; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Orgs.) **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GONÇALVES, C. W. P. **O latifúndio genético e a r-existência indígena-camponesa**. Geographia: Niterói/RJ, UFF/EGG, 2002, p. 39-60.

GONÇALVES, C.W. P. **A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios**. Intertheses. Vol. 09 – Nº 1. Jan/jun 2012.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: VVAA. **Extractivismo, política y sociedade**. Quito-Montevideo: CAAP e CLAES, 2009, p. 187-225.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves – 8ª ed. — São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HÉBETTE, J. (Org.). Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

SVAMPA, M. Consenso de los Commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico em América Latina. **OSAL Observatório Social de América Latina**. Año XIII Nº 32 / publicación semestral / noviembre de 2012.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

A Pesquisa da Pecuária Municipal - PPM 2023. In: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** - IBGE, 2024

RAMOS FILHO, E. S. De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: territorialização e territorialidade da reforma agrária de mercado (1998-2006). In: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs): **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. v 2. São paulo: Editora UNESP, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ZIBECHI, R. El estado de excepción como paradigma político del extractivismo. In.: COMPOSTO, C. & NAVARRO, M. L. (Compiladoras). **Territorios en disputa. Despojo**



ENANPEGE
XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina. -1ª ed.- México, D. F.: Bajo Tierra Ediciones, 2014

ZIBECHI, R. Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americana. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.